

Didática e relações étnicas

Elenice Silva Ferreira

*Professora do Departamento de Ciências Humanas e Letras - UESB
elenicesf@hotmail.com*

RESUMO: O presente trabalho é o resultado da experiência como docente no curso de extensão: “Educação e culturas afro-brasileiras”, promovido pelo ODEREE/UESB, cujo principal objetivo é a promoção de discussões acerca da ancestralidade do povo negro e a sua trajetória histórica no Brasil. O texto vem propor uma reflexão acerca da necessidade urgente de se repensar a prática educativa hoje, no que diz respeito ao ensino da história da África e da cultura afro-brasileira na educação básica, vindo à tona a partir da divulgação da lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases nº. 9.394/1996. Iniciamos pela reflexão sobre novo papel do educador face aos desafios apresentados pela sociedade que se redesenha neste início de século, marcada pela globalização da cultura, favorecida pela velocidade da informação e, paradoxalmente, pela negação à diversidade. O texto também menciona de forma breve uma proposta de trabalho com projetos pedagógicos tendo como temática a cultura africana e afro-brasileira, posta em prática em uma escola de educação básica, no ensino fundamental. Nessa perspectiva, buscamos discutir como na história da educação brasileira, a ausência de uma reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola. Fundamentado em uma concepção da Didática como campo de estudo e disciplina pedagógica voltada para a compreensão do processo de ensino e suas relações, o texto se encerra mostrando, de forma resumida, as propostas construídas pelo curso de extensão: “Educação e culturas afro-brasileiras” junto à comunidade da região sudoeste da Bahia, ressaltando, assim, o papel da Universidade como instituição de formação política, de promoção e disseminação do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Prática educativa; diversidade; escola; discriminação.

Para começo de conversa...

A História como ciência tem as suas bases no final do século XVIII e início do século XIX, tendo em sua origem o seu campo de estudos restrito ao âmbito do sócio-político, atribuindo, portanto, pouca importância ao estudo local e regional. As consequências dessa postura acarretaram muitos prejuízos para o saber e, principalmente, para a construção de identidades de grupos excluídos socialmente, uma vez que era dada relevância às “verdades históricas”, portadoras de ideologias. Assim, a história do negro, por exemplo, ficou muito tempo presa na análise da subserviência, como se fosse condição inata da raça biológica.

De acordo com Rios e Matos (2005), em seu trabalho “Memórias do cativo”¹, mesmo redefinindo os significados emprestados à memória do passado escravo, o povo negro substitui hoje a antiga invisibilidade por uma incisiva afirmação de sua identidade negra, não obstante convive ainda com a herança racista que permanece nas atitudes de pessoas que insistem em sustentar a crença de uma pretensa superioridade branca.

Sabe-se que a formação cultural do Brasil se caracteriza pela fusão de diferentes etnias, pela contínua ocupação de diferentes regiões geográficas, pela diversidade de fisionomias e paisagens, e também pela multiplicação de visões de miscigenação em sentido amplo, algumas ainda presas à desinformação e ao preconceito.

Com a publicação da Lei nº. 10.639/2003, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/ CP nº. 003/ 2004, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas a serem trabalhadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, cabendo aos sistemas de ensino, no âmbito de sua jurisdição, orientarem e promoverem a formação de professores e supervisionarem o cumprimento das diretrizes (SECAD, 2006). A partir da aprovação e da divulgação de tais documentos oficiais, o estudo da história e da cultura da África e afro-brasileira passou a ser analisado sob outra perspectiva e, por conseguinte, a discussão sobre as relações étnico-raciais ocupou lugar de destaque.

A reflexão sobre o lugar das tradições africanas no redesenho cultural da escola brasileira incentiva professores e outras pessoas, não ligadas diretamente ao universo escolar, a se relacionarem com o mundo de possibilidades que a sociabilidade negra criou, para além das referências eurocêntricas.

Partindo da tomada de consciência dessa realidade, sabe-se que os instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, ou seja, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmos

conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental.

Em relação ao livro didático, quase sempre este recurso assume o papel de “muleta” do professor, que se abstém do seu papel de agente problematizador do conteúdo curricular. Além disso, esses materiais não trazem abordagens de aspectos civilizatórios africanos, e quando o trazem (vale reconhecer que os livros didáticos fornecidos às escolas públicas através do Programa Nacional do Livro Didático, mantido pelo FNDE², têm melhorado, significativamente, a sua qualidade), o professor que o utiliza, em geral, não privilegia tais abordagens em sua prática docente, e quando se propõe a fazê-lo, é de maneira equivocada, tratando o tema no plano da superficialidade.

Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar já que, de acordo com SANTOS (1984), o racismo está depositado no mais fundo da cabeça dos homens.

Sabe-se que a escola é uma instituição do mundo ocidental e, assim sendo, busca formar um ideal de homem: branco, cristão, monogâmico, heterossexual, etc. e que comungue de valores como a liberdade, a democracia, a igualdade. Desse modo, a educação escolar se distancia dos sujeitos que fogem desse referencial identitário, e que buscam nela a realização da igualdade de oportunidades, além de sua constituição como agentes de sua trajetória histórica. A escola ignora a diversidade de sujeitos que se encontra presente em seu cotidiano. Uma diversidade de sujeitos com diferentes crenças, modos de vida e visões de mundo, entretanto, são tratados de modo “igual”. Enfim, a educação que deveria ser compreendida como um direito universal acaba por converter-se em algo competitivo, dualizado e seletivo social e culturalmente.

Nesse sentido, é válido afirmar que o currículo escolar também tem um papel relevante nesse processo, afinal o currículo, além de uma questão de conhecimento, é uma questão de poder e identidade (SILVA, 2002).

Longe da intenção de trazer para este trabalho uma discussão sobre o currículo escolar, já que não é esse o objeto de discussão do presente texto, mas, ao mesmo tempo, reconhecemos que currículo e prática pedagógica são questões intrínsecas em qualquer discussão que evidencie o caráter político da educação. Vale ressaltar que é prática comum nas escolas os alunos receberem uma proposta curricular baseada nos valores euro-norte-americanos que deformam, depreciam e desconsideram os valores individuais de cada sujeito presente no espaço escolar, sobretudo, os estudantes de origem negra que não se vêem representados ali. Isso só favorece nas crianças e nos jovens em formação, a construção de uma imagem negativa de si mesmos o que os leva a negarem as pessoas com ancestralidade, cultura e modo de vida próprios de sua origem étnica.

Nessa perspectiva, faz-se necessário, portanto, o reconhecimento desses conflitos e a criação de mecanismos que envolvam o maior número possível de agentes, a fim de combatê-los no interior da escola e onde quer que a ação educativa dessa instituição alcance. Afinal, o difícil debate do reconhecimento das diferenças precisa ganhar o espaço escolar como condição de luta contra todas as formas de preconceito e discriminação. O educador comprometido com o seu fazer pedagógico, se sente desafiado a repensar a sua prática pedagógica, no sentido de ir em busca de uma maior compreensão sobre o tipo de homem que a escola deseja formar, em uma sociedade marcada pela valorização da cultura euro-norte-americana em detrimento da cultura das “minorias”.

Sabe-se que a educação é um instrumento poderoso nas mãos dos interesses hegemônicos reproduzidos nas escolas. O educador formado dentro desses princípios tende a reproduzir um dado modelo social, e quando isso ocorre, ele perde a sua identidade, deixa de ser o condutor do processo e passa a ser conduzido pelas tendências externas, transformando-se, assim, em um “tarefeiro” da educação.

Diante de tantas inquietações, o entendimento deve ser o de que ser professor e ser aluno extrapola a relação ensinar/aprender e, por conseguinte, envolve uma gama de aprendizagens valorativas muito intensa. O educador é um ser no mundo, portanto “não é um indivíduo isolado, uma individualidade à parte que emite pareceres limitados numa relação unívoca com a escola e a sociedade” (FRANCO *apud* VEIGA, 2004, p.112). Nesse sentido é válido enfatizar que a prática pedagógica que ocorre no interior da escola não é neutra. Pensar sob essa perspectiva implica buscar a ressignificação do papel da Didática, enquanto campo de estudo e disciplina pedagógica, na formação do sujeito, como muito bem pondera FREIRE (1987), capaz de pensar o mundo à sua volta e se reconhecer sujeito de sua história, consciente de sua inconclusão.

Ressignificar, portanto, o papel da Didática, é um processo que se dá a partir da compreensão de que essa disciplina está assumindo novas configurações, que “apontam para o avanço teórico na problematização, na compreensão e na sistematização de conhecimentos de seu objeto de estudo: o ensino como prática social concreta” (VEIGA, 2004, p.26). Nesse sentido, a compreensão do que seja o papel da Didática sofre um processo de alargamento que passa, então, a significar uma forma de vivenciar a ação da escola para a formação do aluno, segundo uma finalidade social determinada, possui um sentido e um significado que vão além da específica operacionalização do ensino. Em outras palavras, a reflexão proposta aqui sobre o papel da didática vai além da sua compreensão apenas do ponto de vista técnico-operacional de uma atividade de ensino. Nesse sentido, o trabalho de DAMIS (2004) traz uma contribuição no sentido de favorecer uma compreensão mais ampla do papel da Didática, ao enfatizar que “O conteúdo da didática em vez de tratar de ‘como ensinar’ apenas como técnica deve

constituir-se em um meio que contribui para a compreensão crítica da educação e do ensino”. (DAMIS *apud* VEIGA, 2004, p. 22).

Lei 10.639/03³, alguns passos dados

A urgência em trazer para a sala de aula o debate sobre as relações étnico-raciais, é, atualmente, uma unanimidade entre os profissionais que estão atuando no universo educativo, comprometidos social e politicamente com essa questão.

Com vistas a uma mudança de postura em seus sujeitos, algumas escolas de ensino fundamental e médio têm buscado realizar trabalhos voltados para o estudo e reflexão acerca da cultura e história da África, que vão além do período de escravidão no Brasil, e das africanidades brasileiras. Tais propostas são assumidas em parceria com a comunidade onde essas escolas estão inseridas, através de atividades em classe e extraclasse.

São iniciativas que têm a sua gênese na compreensão de que “qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que reconheça a força dos condicionantes a enfrentar” (FREIRE, 1996, p.60). Nesse sentido, mencionarei duas experiências que apontam iniciativas que visam contribuir para a promoção de mudanças profundas nos sujeitos envolvidos, sobretudo, alunos e professores, proporcionando-lhes oportunidade para o desenvolvimento de sua consciência étnico-cultural. Uma delas é a experiência da escola municipal Bernardo Guimarães⁴, no município de Encruzilhada-Bahia, cidade localizada a 650 km da capital Salvador, a outra é o trabalho como docente do curso de extensão “Educação e Culturas Afro-brasileiras”, promovido pela UESB.

As propostas pensadas pelo grupo da escola⁴ visaram à formação de uma atitude responsável em todos os agentes envolvidos na ação pedagógica, a saber: alunos, professores, pais, diretor, coordenador, funcionários. Tais propostas buscaram, sobretudo, evidenciar que a diversidade não constituiu um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral.

Sabe-se que trabalhar essas questões no interior da escola ainda gera muitos conflitos, ademais romper com os ranços de preconceito, ainda muito presentes em boa parte de nossos docentes, não é tarefa fácil. Partiu daí, portanto, a compreensão de que deveríamos iniciar uma ação educativa que poderia se estender pela comunidade onde a escola está inserida, começando por nós, agentes da escola.

Em nossos encontros pedagógicos, fomos respaldados por um bom material bibliográfico (ainda muito escasso no meio educacional, dada a pouca importância que se dá aos estudos da cultura afro-brasileira), como CD's, publicações de pesquisas na área, artigos, livros, revistas. Essa ação

inicial resultou na consolidação de grupos de estudo e reflexões sobre a temática, promovendo momentos de ricas discussões que nos permitiram compreender que uma proposta de educação apropriada para este momento histórico em que vivemos deve considerar a nossa diversidade cultural e que as bases curriculares não devem transformar um assunto tão relevante em “temas transversais”.

As discussões promovidas nesses grupos de estudo se desdobraram em momentos de diálogo com os alunos e pais de alunos da comunidade, que se fizeram presentes na construção e desenvolvimento do projeto pedagógico intitulado “**Brasil de todas as cores, raízes afros**”. O projeto teve como objetivo geral criar condições para que os alunos reconhecessem a importância da cultura africana na construção da identidade cultural brasileira, além de compreenderem a realidade atual do negro e a luta contra a sua invisibilidade e contra o preconceito racial no Brasil. A partir do objetivo geral traçado, buscou-se desdobrá-lo em objetivos específicos que possibilitassem aos alunos a construção do olhar crítico sobre os diferentes conflitos, que ainda permeiam as relações étnico-raciais na sociedade como um todo.

O desenvolvimento das atividades se deu ao longo de pouco mais de uma unidade letiva, com término no dia 20 de novembro, “Dia da Consciência Negra”, quando aconteceu a socialização das atividades com uma gincana cultural no centro da cidade.

De todas as atividades desenvolvidas no projeto, algumas mereceram destaque, a saber: a montagem de um jornal-mural, criação de coreografias utilizando música e figurinos de blocos afros, apresentações de dança de rua e samba, estudo da capoeira como instrumento de resistência, formação de um grupo de capoeira entre os alunos da escola, desfile: “Beleza Negra” entre os alunos, oficina de máscaras africanas, estas fizeram parte de uma exposição na escola, aberta à comunidade.

Tais propostas também visavam ajudar o aluno discriminado, neste caso, o negro, a assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo quando esta foi negativamente introjetada em detrimento de sua própria natureza humana. O que se busca, nesse tipo de proposta, é contribuir para a melhoria da dimensão humana de todos os alunos e alunas, especialmente daqueles e daquelas que tiveram sua história e cultura subalternizadas, ainda que a história e cultura de sua ascendência tenham sido negadas e invisibilizadas pela escola.

No plano acadêmico, a universidade brasileira, através de seus programas de extensão, tem favorecido uma maior abertura às discussões sobre as questões étnico-raciais, o que tem permitido a vinda de pessoas da comunidade, principalmente professores do ensino fundamental e médio, em busca de um norteamento para o seu trabalho em sala de aula. Afinal, a universidade, em sua constituição, assumiu com a sociedade o compromisso da extensão.

O que se percebe, nos últimos anos, após a aprovação da lei 10.639/2003, são ações com objetivos mais definidos, por parte das universidades, com vistas a garantirem aos profissionais que atuam na educação básica mais segurança e discernimento ao abordarem questões étnicas em sala de aula.

O curso de extensão: “Educação e Culturas Afro-brasileiras”, promovido pelo ODEREE⁵/UESB, com financiamento do MEC/SEPPIR/UNIAFRO⁶, propõe uma reflexão acerca das questões étnicas, inclusive as raciais no Brasil, tendo como referencial a história e a cultura da África e a sua contribuição na formação da identidade cultural do povo brasileiro. Nessa perspectiva, ampliar a discussão que privilegie a igualdade racial e cultural, apontando para a tomada de consciência é o maior desafio apresentado, tendo em vista a compreensão de que é fundamental a retomada de valores ético-estéticos dos vários povos que foram mantidos fora do currículo escolar, ao longo desse perverso processo colonialista homogeneizante.

Nesse aspecto, a proposta do curso de extensão ganha uma dimensão muito maior, pois o seu alcance chega à questão da formação do professor, uma vez que a maioria dos cursistas é composta por professores que atuam na educação básica. Nesse sentido NÓVOA (1992) traz uma contribuição que vem elucidar essa questão ao afirmar que “ estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e sobre os projetos próprios, com vistas à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional” (NÓVOA, 1992, p.25).

Muitos desses educadores⁷ buscavam um referencial, um “norte” para iniciar um trabalho com a cultura afro-brasileira em seu *lôcus* de atuação. Melhor dizendo, um referencial que não fosse a antiga forma folclorizada presente em muitas situações de sala de aula e eventos culturais nos diferentes espaços educativos (ATAÍDE; MORAES, 1992).

Nessa perspectiva, o trabalho no módulo de Didática e Relações Étnicas, do referido curso de extensão se deu de modo a conciliar um estudo teórico da Didática como campo de conhecimento e a atividade prática através da proposta com projetos pedagógicos. A referida proposta de trabalho sugerida por mim, enquanto docente do curso, levou em consideração o fato de que o trabalho com projetos permite, tanto aos alunos quanto aos professores, a adoção da prática de pesquisa. A proposta visava, sobretudo, provocar a inquietação dos educadores, de modo que estes percebessem a necessidade da busca constante do repensar da prática pedagógica, como condição fundamental para a construção do que NÓVOA (1992) denominou de identidade profissional.

O curso de extensão: “Educação e Culturas Afro-brasileiras” traz também como proposta um estudo da cultura africana, seus reinos, mitos, línguas, ancestralidade, diáspora, a fim de romper com a visão estereotipada de o continente africano ser marcado apenas por tragédias, epidemias e guerras. Ademais esse estudo é de fundamental importância para o

entendimento do próprio cotidiano, permeado de elementos sacralizados, aos quais, no Brasil, foram denominados de religiões afro-brasileiras (SANTANA, 2004).

Considerações finais

À guisa de conclusão, é válido ressaltar, portanto, que tal projeto possibilita a prática da pesquisa, além de atividades de cunho reflexivo, cultural, investigativo, que possibilitem, sobretudo, a saída das questões debatidas do espaço da sala de aula para outros espaços no âmbito da sociedade, cumprindo assim, o papel da universidade como instituição de produção e disseminação do conhecimento na comunidade onde esta se encontra inserida.

Convém lembrar a importância do papel da didática hoje na formação do educador, no sentido de possibilitar a compreensão da educação como algo capaz de instrumentalizar o homem como ser capaz de agir sobre mundo e, ao mesmo tempo, compreender a ação exercida. É uma dinâmica necessária para que a superação das contradições apresentadas pela sociedade atual seja possível, com maior grau de intencionalidade e compreensão dos fins da educação.

No atual momento histórico, algumas tarefas urgentes se impõem a nós. A principal delas é a de que tenhamos força suficiente para tornar nossa sociedade mais justa e menos seletiva. Um outro passo é fazer da escola um espaço formativo, democrático e, sobretudo, um espaço de convivência com o diferente, sem querer que ele se torne igual. E isso só será possível a partir do comprometimento social do professor como agente transformador, atitude que lhe permitirá se posicionar diante do mundo, como sujeito de seu tempo, “disposto a participar contra o trabalho degradante, a submissão política, a alienação da consciência, as exclusões injustas e as diversas formas de preconceito”. (ARANHA, 1996, p. 153).

Notas

Memórias do cativoiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

² Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

³ Atualmente 11.645/2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.”

⁴ De acordo com o senso escolar de 2006, referida escola atendia a um público de aproximadamente 1.200 alunos, que cursavam da educação infantil à 8ª série do Ensino Fundamental (www.inep.gov.br).

⁵ Órgão de Educação e Relações Étnicas com ênfase em Culturas Afro-Brasileiras, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB.

⁶ Ministério da Educação e Cultura/ Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial/Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições de Educação Superior.

⁷ Estavam freqüentando o curso também diretores de escola, coordenadores, sindicalistas e pessoas ligadas a movimentos sociais e a grupos religiosos.

Autorizada a citação e/ou reprodução deste texto, desde que não seja para fins comerciais e que seja mencionada a referência que segue. Favor alterar a data para o dia em que acessou-o:

FERREIRA, Elenice Silva. Didática e relações étnicas. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, maio 2010. Disponível em:
<http://www.africaeaficanidades.com/documentos/Didatica_relacoes_etnicas.pdf>. Acesso em: 2 Mai. 2010.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.
- ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira de; MORAIS, Edmilson de Sena. **A (re)construção da identidade étnica afro-descendente a partir de uma proposta alternativa de educação pluricultural**. Revista FAEEBA. Salvador, v. 1, n. 1, p. 81-98, jan-jun/1992.
- CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.
- DAYREL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Pedagogia da autonomia, saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, 2005.
- NÓVOA, A. (coord). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
- SANTANA, Marise de. **O legado ancestral africano na diáspora e o trabalho do docente: desafricanizando para cristianizar**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Antropologia): PUC- SP, São Paulo, 2004. 224 p.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1992.
- SILVA, Tomás Tadeu da. (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- VEIGA, Ilma Passos (Odg). **Repensando a didática**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.
- _____. **Didática: o ensino e suas relações**. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.